



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
Avenida Getúlio Vargas, 135 - Centro. CEP 65665-000
www.saojoaodospatos.ma.gov.br



PARECER JURÍDICO FINAL

LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS 002/2022. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00703202202/2022 – CONSULTA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS, ESTADO DO MARANHÃO. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICO E BACTERIOLÓGICO DE ÁGUA E CONTROLE DE QUALIDADE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA.

I – DO RELATÓRIO

Vieram os autos a esta Assessoria Jurídica em atendimento ao Memorando da Comissão Permanente de Licitação - CPL no qual requer análise e emissão de parecer jurídico final à luz dos ditames da Lei 8.666/93.

Trata-se de Licitação Modalidade Tomada de Preços 002/2022, Processo Administrativo nº 00703202202, Consulta da Comissão Permanente de Licitação – Executivo Municipal de São João dos Patos, que tem como objeto a Contratação de empresa para a Prestação de Serviços de Análises Físico-Químico e Bacteriológico de Água e Controle de Qualidade para atender as necessidades do Município de São João dos Patos - MA.

Acerca da fase interna do certame pode-se constatar a presença dos seguintes documentos: Projeto Básico devidamente aprovado, com orçamentos, cronograma, especificações técnicas, informação orçamentária (art. 167 da Constituição Federal e art. 14 da Lei 8.666/93), a Autorização para a realização dos Procedimentos Licitatórios; designação da comissão de licitação (inciso III do art. 38 da Lei 8.666/93), previsão orçamentária, minuta de edital e seus anexos; análise e aprovação jurídica do Edital e seus anexos (Parágrafo Único, art. 38 da Lei 8.666/93).

É, em síntese, o relatório, passa-se a manifestação.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

Primeiramente, cumpre destacar a obrigatoriedade do parecer técnico - jurídico para o cumprimento das regras licitatórias, nos termos do art. 38, IV e Parágrafo Único da Lei 8.666/93, *verbis*:

"Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;

(...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração."

No que tange à modalidade escolhida para a realização do certame é mister analisar o que reza a Lei das Licitações, *verbis*:

"Art.22. São modalidades de licitação:

(...)

II - tomada de preços;

(...)

§ 2º Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

(...)



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
Avenida Getúlio Vargas, 135 - Centro. CEP 65665-000
www.saojoaodospatos.ma.gov.br



Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

(...)

II – para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

(...)

b) tomada de preços - até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais);

Assim, pelo valor e pelas características do objeto do contrato, a escolha da modalidade licitatória pela Comissão de Licitação foi perfeitamente adequada.

Quanto à fase externa da licitação estão os avisos de licitação publicados nos moldes do Art. 21 da Lei 8.666/93. Não houve a interposição de recurso.

Acerca da abertura e julgamento do certame estão devidamente registradas em atas (inciso V do art. 38 da lei 8.666/93).

Analisando cuidadosamente os autos constatou-se que os julgamentos da habilitação e proposta de preços foram executados em consonância com as normas editalícias, estando todo o procedimento em perfeita harmonia com a Lei 8.666/93, sem conter qualquer irregularidade. Cumpre frisar que esta assessoria jurídica se atém, tão somente, a questões relativas à legalidade.

Ao final, fora declarada vencedora a empresa: D. C. DA SILVA – LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE ÁGUA (LABORAAGUA), inscrita no CNPJ sob nº 08.177.761/0001-25, com o valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

III - DA CONCLUSÃO

Ex positis, esta Assessoria Jurídica pugna pela aprovação do presente procedimento e pela confirmação das decisões tomadas pelo Pregoeiro neste processo, devendo



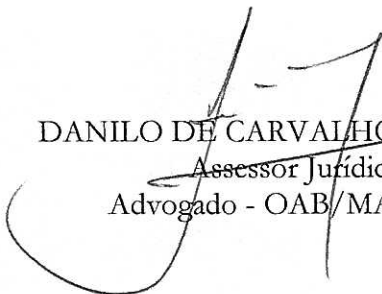
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
Avenida Getúlio Vargas, 135 - Centro. CEP 65665-000
www.saojoaodospatos.ma.gov.br



os autos retornar à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL para os encaminhamentos devidos.

É o parecer, salvo melhor juízo.

São João dos Patos – MA, 29 de abril de 2022.


DANILO DE CARVALHO MADEIRA
Assessor Jurídico
Advogado - OAB/MA 15.793